

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar

Período de Análise: 01/04/2014 a 30/04/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

A especulação com os preços dos alimentos. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 11/04/2014.....	3
Para Embrapa, nutrição adequada é a meta agora. V.F – O Estado de São Paulo, Economia. 12/04/2014.....	5
A fome não é um alvo fixo. José Graziano – O Estado de São Paulo, Economia. 12/04/2014.....	5
Segurança alimentar depende de renda rural. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Economia. 12/04/2014.....	7
Cesta básica paulistana sobe 4,90% em março – Valor Econômico, Agronegócios. 16/04/2014.....	8
Não há um nível seguro para o uso de agrotóxicos, diz professor – Site do MST. 29/04/2014.....	9

A especulação com os preços dos alimentos. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 11/04/2014

Uma boa forma de fugir dessa armadilha é consultar como andam oferta, consumo e estoques finais dos produtos agropecuários

Ufa! A coluna neste site de CartaCapital completou um ano. O sítio cresceu, ganhou ótimos escrevinhadores, e eu fui ficando mais escondidinho (olha aí, Marcio Alemão, comida das boas).

A dificuldade de sempre: encontrar temas agropecuários que interessem o leitorado não ligado à atividade.

Quando amplio para o agronegócio, vem a reação irada dos que acreditam ainda precisarmos de reforma agrária. Quando escrevo de direitos camponeses, indígenas ou ambientais, ruralistas confederados me rotulam urbanoide que nunca pegou na enxada. Assim navego.

Andam a culpar os alimentos pela persistência da inflação no Brasil. Nada de estranho. Campanhas políticas trazem opiniões eleitoreiras.

Em seu regozijo crônico pelo pior, esta a manchete principal da Folha de São Paulo na quarta-feira 9: “Alimento dispara e inflação chega a 6,15% em 12 meses”.

Se já era alto o volume das trombetas nas folhas e telas cotidianas, a notícia preocupará ainda mais os olhares de William e Patrícia, no Jornal Nacional, e fará a festa do interior se espalhar entre espadas de fogo, travadas por analistas que desejam mudar-se para o Planalto e aqueles que lá pretendem ficar.

Interessante na Folha é, logo abaixo da manchete bombástica, um gráfico mostrar que, nos últimos doze meses, os preços dos alimentos foram apenas o quinto maior aumento porcentual, abaixo de despesas pessoais, educação, habitação e artigos de residência.

É que no estômago dói mais, certo? Outro exagero é anunciar o apocalipse comparando o salto em dois meses subsequentes. Mais sazonal do que isso só mesmo árvore de Natal.

Fato é que o papo do chuchu, com Simonsen, e dos tomates, na época da Revolta das Cantinas, pegou. Vem aí a Páscoa. O bacalhau que se prepare.

Tentam fazer-nos perder o sono em situações conjunturais movidas a clima e sazonalidade. Pouco importa os traseiros em cada lado da gangorra, ricos ou pobres.

A seca impactou os preços de alguns produtos? É claro. Como sempre o faz e teria feito com outros produtos caso houvesse chovido a cântaros.

Mais do que nos preços dos alimentos ou na excitação do consumo, a inflação atual tem origem nas expectativas criadas pela conflagração governo x capital privado. Pra isso não existe juro alto que cure nem mentira que perdure.

O raciocínio dentro de qualquer organização produtora, mercantil ou de serviços é simples. Se tudo irá piorar, os preços de matérias-primas, tarifas e atacado explodirão em breve, o baixo crescimento não permitirá aumentos de escala, o governo tem viés estatizante, taxas de juros e gastos públicos são crescentes, políticos viajam nas asas confortáveis e módicas de jatinhos alheios, sobra apenas um recurso: aumentar os preços e proteger as margens futuras.

E a competitividade, perguntará o empedernido fã da mão invisível do mercado? Calma. A tesouraria já está autorizada a manter um pé grande nas aplicações financeiras (vide índices recentes na Bovespa).

Se não funcionar, tá cheio de economistas mais ortodoxos do que o Patriarca de Constantinopla sugerindo voltar ao velho hábito de cortar empregos em nome da produtividade.

Dito isso, vamos aos alimentos, embora a batata esteja pela hora da morte e o tomate já baixou.

A FAO, que cuida de agricultura e alimentação na ONU, tem sido usada para emprestar seriedade ao pânico nacional.

De forma equivocada. As altas na cesta de alimentos (carnes, laticínios, cereais, óleos vegetais e açúcar), em fevereiro e março deste ano, foram pontuais e, até aqui, apenas fizeram voltar os patamares de um ano atrás.

A própria organização reconhece nessas altas situações episódicas e já superadas de clima e crise política (Ucrânia).

Na outra ponta da gangorra, Brasil e Argentina estão despejando altas produções no mercado, e o Hemisfério Norte prevê crescimento do plantio, para a safra 2014/15.

Não esqueçamos, também, que além do aspecto eleitoral nesta Federação de Corporações, os povos produtores, corretores e comerciantes opinam de olho em suas posições vendedoras ou compradoras.

Daí o distinto público brasileiro se ver, frequentemente, ameaçado por murchos grãos de café, canas afogadas na hora da colheita e bois ruminando terra, pois o pasto acabou.

Uma boa forma de fugir das armadilhas da especulação com os preços dos alimentos é consultar como andam oferta, consumo e estoques finais dos produtos agropecuários.

Sugiro o relatório do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), “Estimativa da Oferta e Demanda Agrícola Mundial” (WASDE, na sigla em inglês), que acaba de sair do forno (09/04).

Para a coisa não ir mais longe, resumo: grãos (trigo, milho, arroz, e os demais com pouco consumo no Brasil), algodão, soja e outras oleaginosas, além do complexo de carnes, são previstos passarem com estoques finais superiores aos verificados nas duas últimas safras.

Estoques mais altos e preços explodindo? Então tá.

Para Embrapa, nutrição adequada é a meta agora. V.F – O Estado de São Paulo, Economia. 12/04/2014

O presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, destaca que as atenções estão voltadas para o desenvolvimento de alimentos com maior poder nutricional e que sejam também funcionais. Lopes afirmou que esta é uma preocupação da pesquisa agropecuária em todo o mundo, para reduzir os gastos do sistema de saúde no tratamento de doenças decorrentes dos hábitos alimentares. Ele cita como exemplo uma nova variedade de alface que está sendo desenvolvida pela Embrapa, rica em ácido fólico, considerado fundamental para mulheres grávidas, pois reduz o risco de má formação congênita.

Na avaliação do presidente da Embrapa, o Brasil já atingiu a segurança alimentar, lembrando que na década de 1960 o País importava alimentos básicos, como arroz, feijão, leite e até carne bovina. Lopes argumenta que foi a combinação de políticas públicas, como o desenvolvimento de pesquisa e transferência dos conhecimentos ao campo, que permitiram ao Brasil diversificar sua produção agropecuária. Um dos poucos produtos no qual o Brasil ainda não atingiu a autossuficiência foi o trigo, "mas estamos trabalhando para tropicalizar a planta".

A fome não é um alvo fixo. José Graziano – O Estado de São Paulo, Economia. 12/04/2014

Embora a expansão produtiva seja essencial num mundo que terá 9 bilhões de pessoas em 2050, ela não basta para vencer a batalha da fome

Não há bala de prata para vencer a fome que enreda as vidas de 840 milhões de pessoas no planeta. A insegurança alimentar que a reproduz não é um alvo estático, mas um processo. Equacioná-la requer idêntica abrangência e dinamismo.

Esse discernimento é essencial diante de um desafio que se transforma sob impulsos variados, que vão desde legados estruturais de injustiça a eventos extremos, cada vez mais frequentes, de natureza ambiental, econômica ou especulativa.

Todos os recursos são bem-vindos na luta contra a fome; mas a tecnologia essencial é o compromisso político com a sua erradicação. Sem esse passaporte, dificilmente o futuro escapará de reproduzir as iniquidades do passado.

Subtrair espaços à incerteza que interliga o carrossel perverso requer uma agenda de capacitação de governos e de atores sociais, além de ferramentas específicas, de protagonismo público e privado, e legislações que salvaguardem os avanços na forma de políticas de Estado duradouras.

Embora a expansão produtiva seja imprescindível num mundo que terá 9 bilhões de bocas a alimentar em 2050, ela não basta para vencer a batalha da fome. Essa é uma guerra marcada sobretudo pelo desafio do acesso e da qualificação produtiva. Mantidas as tendências atuais, será preciso aumentar a produção em 60% para atender à demanda mundial em 2050 - ainda assim cerca de 300 milhões de pessoas continuarão excluídas do direito à alimentação se não superarmos as barreiras de acesso.

O voluntarismo, que acredita ser suficiente dar liberdade à oferta para saciar a demanda, esbarra nesse cenário desconcertante em que a fome perfila ao lado da fertilidade à espera de políticas públicas que as reconcilie.

Reverter esses paradoxos requer uma ação em diversas frentes. A agricultura familiar é um dos ativos estratégicos nessa travessia. Dois dados resumem seu potencial irradiador: cerca de 70% das pessoas em situação de insegurança alimentar vivem nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, e 450 milhões de agricultores familiares - 85% do total nessa categoria - têm como principal recurso produtivo a sua própria força de trabalho. Acudir simultaneamente a urgência, por meio da transferência de recursos, e atacar a dimensão estrutural do problema, vinculando o lado produtivo com o social, foi o que fez do caso brasileiro um êxito reconhecido, a ponto de propiciar as bases para uma meta ainda mais ousada, o "Brasil Sem Miséria", e transformar o programa brasileiro de segurança alimentar, o "Fome Zero", em política referencial no mundo em desenvolvimento.

Nada mais ilustrativo que a amarração de diversas ações do que as compras locais da agricultura familiar para abastecer a alimentação escolar. Compare-se com a alternativa convencional, que durante muito tempo predominou em países pobres e em desenvolvimento, a chamada ajuda alimentar vinculada a importações subsidiadas de excedentes dos celeiros ricos. Frequentemente, seu efeito foi oposto ao benefício prometido. Em muitos países a dependência externa do abastecimento a preços deprimidos tornou inviável o cultivo local, acentuou o êxodo rural, inchou periferias miseráveis e amplificou a fome em vez de combatê-la. No entanto, dezenas de países mostram que há alternativas. Cerca de 60 países em desenvolvimento já alcançaram a Meta do Milênio, de reduzir pela metade a proporção de pessoas subnutridas. O Brasil é um deles e inspira outros países na luta contra a fome.

O papel da FAO é apoiá-los nessa caminhada. Para fazê-lo, a organização enfoca suas ações em torno de cinco objetivos que, juntos, ajudarão países a transformar o sonho da segurança alimentar em realidade: o fortalecimento do compromisso político contra a fome; o uso sustentável dos recursos naturais, a redução da pobreza rural, a facilitação de sistemas de alimentação mais eficientes e inclusivos, e o aumento da resiliência de

comunidades rurais a choques externos. O desafio é grande, mas a esperança e as possibilidades também, com a consolidação do apoio à agricultura familiar e o fortalecimento da proteção social como linha de passagem para o crescimento sustentável e inclusivo das nações em desenvolvimento.

Segurança alimentar depende de renda rural. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Economia. 12/04/2014

Seguro agrícola pouco avançou no País, alertam dois ex-ministros da Agricultura

A falta de instrumentos que garantam a renda no campo em caso de adversidades climáticas e queda de preços dos produtos agrícolas é um dos principais obstáculos que devem ser superados pelo Brasil para que o País atenda às expectativas dos órgãos internacionais e se torne um dos principais fornecedores de alimentos do mundo. Um relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê que até 2020 a produção mundial de alimentos deve crescer 20% para atender à demanda mundial, sendo que a maior expansão será no Brasil, com previsão de aumento de 40%.

Os ex-ministros da Agricultura Alysson Paolinelli e Roberto Rodrigues concordam que o Brasil tem condições para atender às projeções da FAO e da OCDE, mas alertam que a expansão da produção esbarra, entre outros fatores, na falta de instrumentos que garantam a renda no campo. Paolinelli criou, na década de 1970, quando foi ministro, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e, na gestão de Rodrigues, foi criada, em 2003, a lei que estabeleceu a concessão de subsídios aos prêmios do seguro agrícola. Ambos reconhecem que houve poucos avanços, pois o seguro agrícola representa pouco mais de 6% da área cultivada no País.

Sem estratégias. A questão da segurança alimentar, tema tradicionalmente tratado pelas áreas sociais do governo nos últimos anos, foi incorporada à pauta de discussões das lideranças rurais, que defendem sua inclusão na política agrícola conduzida pelo Ministério da Agricultura. Paolinelli reclama que o governo não tem dado a devida importância às projeções dos órgãos internacionais, o que, na opinião de Rodrigues, se deve à inexistência de estratégias para a produção agropecuária.

Na opinião de Rodrigues, "o governo federal não reconhece a importância e tem tratado o agronegócio brasileiro com profundo desprezo". Ele diz que o governo parece não levar em conta que o setor é responsável por 23% do Produto Interno Bruto (PIB); por 30% da geração de empregos e pelo desempenho positivo da balança comercial brasileira. No ano passado a balança do agronegócio fechou com saldo positivo de US\$ 83 bilhões, enquanto o superávit do País foi de apenas US\$ 2,5 bilhões.

Roberto Rodrigues observa que o governo dispõe dos instrumentos de política agrícola, mas o problema é que na hora de por em prática os assuntos relativos ao setor, estes

estão dispersos nas diversas esferas do Executivo, como ministérios, autarquias e agências reguladoras, além serem afetados por decisões do Legislativo e do Judiciário. Ele defende que as questões da produção agropecuária e segurança alimentar devem ser tratadas como uma "Política de Estado", vinculada diretamente à Presidência da República.

Agricultura tropical. O domínio das técnicas de cultivo da agricultura tropical põe o Brasil num patamar diferenciado como fornecedor de alimentos para atender ao crescimento da demanda global. Rodrigues lembra que o aumento da produtividade no campo permitiu que nos últimos 20 anos a produção de grãos crescesse 220%, enquanto a área cultivada avançou 40%. Segundo ele, nos últimos 20 anos a produção brasileira de carnes teve crescimento expressivo: 90% em bovina, 238% em suína e 458% em aves. Neste período, a área de pastagem cedeu espaço para a soja, cana e florestas plantadas.

Paolinelli acredita que a grande vantagem do Brasil em relação aos seus concorrentes na produção de alimentos é o domínio da agricultura tropical. "Nossos concorrentes ficam admirados com o fato de conseguirmos cultivar três safras seguidas durante um ano", conta.

Ele lembra que o Brasil foi obrigado a desenvolver tecnologia própria para cultivo nos trópicos, porque não havia referência em outros países. O maior sucesso foi a soja, que, quando chegou ao Brasil, era cultivada apenas no paralelo 30, no Rio Grande Sul, em pouco mais de 200 mil hectares. A pesquisa agropecuária brasileira conseguiu adaptar a planta às condições climáticas do Cerrado e hoje a soja se espalha por 27,7 milhões de hectares.

Um dos trunfos citados por Roberto Rodrigues é o fato de o Brasil contar com um empresariado rural jovem, "com alta competência técnica e gerencial", que são herdeiros daqueles que sobreviveram às dificuldades impostas pelos diversos planos econômicos nas últimas décadas. Para evitar que o problema se repita, Rodrigues destaca a importância da adoção de um seguro de renda, que cubra os prejuízos decorrentes do descasamento entre preços e custos, além das perdas provocadas pelas adversidades climáticas.

Cesta básica paulistana sobe 4,90% em março – Valor Econômico, Agronegócios. 16/04/2014

SÃO PAULO - O valor da cesta básica na cidade de São Paulo subiu 4,90% em março ao passar de R\$ 377,90 para R\$ 393,37. A informação foi divulgada nesta quarta-feira, 16, pela Fundação Procon-SP com base em levantamento feito em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No ano, a cesta básica paulistana avançou 2,95% e, nos últimos 12 meses, 2,79%.

Na abertura por grupos, o de alimentação foi o que mais pesou no avanço mensal, subindo 4,54%. Também ficaram mais caros, em média, os grupos de limpeza (2,23%) e higiene pessoal (1,99%).

Os produtos que mais subiram, individualmente foram batata (48,87%), feijão cariquinha (11,35%) e ovos brancos (10,23%). Em contra partida, os itens que mais caíram foram salsicha avulsa (-12,22%), extrato de tomate (-2,55%) e creme dental (-1,43%).

Em março, 23 dos 31 produtos pesquisados apresentaram alta e oito diminuíram de preço.

Não há um nível seguro para o uso de agrotóxicos, diz professor – Site do MST. 29/04/2014

Da CUT

O professor Wanderlei Pignati, médico sanitário e doutor na área de toxicologia, têm feito há alguns anos um estudo criterioso sobre os impactos do agronegócio no meio ambiente e na saúde da população.

Atualmente, o professor foca seu trabalho na questão dos agrotóxicos. Ele apresentou nesta terça-feira (28) no primeiro dia do Seminário Nacional sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos e modelo de produção no campo promovido pela CUT em parceria com o centro de solidariedade da AFL-CIO, alguns fatos e dados que comprovam que não há um nível seguro para o uso de agrotóxicos.

Os impactos da cadeia produtiva do agronegócio são diversos. Aqueles de maior efeito para saúde e meio ambiente como poluições, intoxicações agudas e crônicas estão diretamente relacionados ao uso de agrotóxicos. “Verdadeiros venenos que apresentam riscos sanitário, ocupacional e ao meio ambiente”, resumiu Pignati.

Estudo da professora e doutora em Geografia pela USP, Larissa Mies, mostra que nos últimos 11 anos foram notificados 60 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil. Isso representa cinco mil casos por ano e um episódio de intoxicação a cada 90 minutos.

Já o relatório divulgado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) sobre a presença de resíduos de agrotóxicos em 1.655 amostras de alimentos apontou que em 36% das amostras analisadas em 2011 e 29% das amostras verificadas em 2012 os resultados foram considerados insatisfatórios.

Um caso emblemático - em 2006, fazendeiros dessecavam soja transgênica para a colheita com paraquat (herbicida) em pulverizações aéreas no entorno do município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Uma nuvem tóxica foi levada pelo vento para a cidade e matou milhares de plantas ornamentais e medicinais, dessecou as plantas de 65

chácaras de hortaliças do entorno da cidade e desencadeou um surto de intoxicações agudas em crianças e idosos.

A partir deste fato, uma equipe do Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal do Mato Grosso, liderada pelo professor Wanderlei Pignati, iniciou uma pesquisa no local entre 2007 a 2010 para coleta de dados e amostras.

O município de 37 mil habitantes, possuía IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,818 (3º do MT), produziu em 2010 cerca de 420 mil hectares entre soja, milho e algodão e consumiu 5,1 milhões de litros de agrotóxicos, principalmente herbicidas, inseticidas e fungicidas.

“Os resultados detectaram um uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras, fato determinante para a contaminação dos vários componentes ambientais e da população, das famílias e do leite materno”, relatou Pignati.

O professor ressaltou que apesar da publicação da instrução normativa 02/2008 do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) que proíbe a pulverização aérea a 500 metros de fontes de água potável, córregos, criação de animais e residências, há um desrespeito contínuo a norma.

Ele aponta também falhas no controle social, na fiscalização pública e nos estudos sobre o impacto da utilização desenfreada destes produtos.

Banidos em outros países, alguns agrotóxicos continuam sendo empregados livremente no Brasil, país que lidera o ranking mundial de consumo de agrotóxicos e que mais emprega pesticidas em suas lavouras. Em 2010, o consumo foi de 828 milhões de litros, o equivalente a cerca de cinco litros de veneno por habitante.

Os danos à saúde vão desde aos agravos agudos (gastrointestinais e hepáticos), como também agravos crônicos psiquiátricos (depressão, distúrbios do desenvolvimento), neurológicos (surdez, doença de Parkinson), desreguladores endócrinos (diabetes, hipotireoidismo, infertilidade, aborto), teratogênicos (má formação, abortos), mutagênicos (induz defeitos no DNA dos espermatozóides e óvulos) e carcinogênicos (mama, ovário, próstata, testículo).

Vignati destacou algumas medidas urgentes a serem ratificadas como o cumprimento da legislação, proibição de pulverizações por avião e do uso de agrotóxicos já barrados na União Européia, fim dos subsídios públicos a esses venenos.

“Esta deve ser uma luta da CUT e de toda população, seja ela rural ou urbana, pois direta ou indiretamente todos são afetados. Na União Européia a proibição dos agrotóxicos ocorreu a partir de uma conscientização e mobilização dos consumidores e esse é o caminho que devemos seguir, com a divulgação sobre efeitos da utilização indiscriminada destes produtos para a saúde e meio ambiente”, disse Pignati, que integrou a primeira direção da CUT.

Antes da apresentação do professor da UFMT, o Seminário contou com a participação de Jasseir Fernandes, Jacy Afonso, Eduardo Guterra e Rogério Pantoja, todos da direção nacional da CUT, além do presidente da CUT-DF, Rodrigo Britto e da diretora do centro de solidariedade da AFL-CIO, Jana Silverman. As lideranças enfatizaram a importância do Seminário para aprofundar a análise e o debate sobre um tema ainda pouco conhecido na sociedade.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa